

RESUMO

Este trabalho consiste em um estudo dos Poderes Executivos e Legislativos dos municípios do Alto Uruguai com mais de cinco mil habitantes, em relação à sua adequação à Lei Complementar 101/00, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Buscou-se através de dados obtidos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, a averiguação quanto ao cumprimento dos regramentos impostos pela referida lei, além de obter dos gestores públicos da região do Alto Uruguai, o ponto de vista dos mesmos com relação à aspectos relevantes sobre a importância que a Lei de Responsabilidade Fiscal tem, no planejamento e na administração municipal como um todo.

Palavras-chave: responsabilidade fiscal, transparência na gestão fiscal, planejamento, administração pública.